

## MENSAGEM À CÂMARA N. 029/2025

Ao

Paraty, 12 de Dezembro de 2025

Excelentíssimo Senhor

**VAGNO MARTINS DA CRUZ**

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Paraty/RJ.

Senhor Presidente,

Encaminho à elevada apreciação desta Casa Legislativa o Projeto de Lei Complementar, que “dispõe sobre a concessão de auxílio-uniforme aos integrantes da Guarda Civil Municipal de Paraty”;

O projeto prevê o pagamento anual de auxílio pecuniário de natureza indenizatória, denominado “auxílio-fardamento”, no valor de R\$ 1.500,00, reajustável na mesma data e pelos mesmos índices aplicáveis aos vencimentos dos servidores municipais, destinado à aquisição e manutenção de uniformes e complementos de uso obrigatório da corporação;

A matéria insere-se no âmbito da competência municipal (CF, art. 30, I e II), pois trata de interesse local e da organização administrativa dos serviços públicos municipais. O texto define expressamente o caráter indenizatório do auxílio (art. 4º), o que é juridicamente adequado, pois visa ressarcir o gasto obrigatório do servidor com o uniforme necessário ao exercício das funções, não possuindo natureza salarial nem se incorporando à remuneração.

A jurisprudência administrativa e judicial reconhece a legitimidade de benefícios semelhantes — como “auxílio-fardamento”, “auxílio-uniforme” ou “verba de indenização por uniforme” — desde que:

- tenha caráter indenizatório, e não remuneratório;
- possua previsão legal específica;
- e não configure vantagem permanente incorporável ao vencimento.

O projeto atende a tais requisitos, ao dispor que o valor não será incorporado nem servirá de base para outros benefícios (art. 4º).

O texto encontra-se redigido de acordo com a Lei Complementar nº 95/1998, sendo clara a definição de objeto, beneficiários, valor, forma e periodicidade de pagamento.

Do ponto de vista do mérito, a medida é conveniente e oportuna, por reforçar a padronização visual e a segurança operacional da Guarda Municipal, em consonância com a Lei Federal nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), que impõe aos Municípios a obrigação de prover condições adequadas ao desempenho das funções de segurança pública.

Diante do exposto, se tratando de grande relevância para o Município de Paraty, solicitamos a análise e a aprovação desta matéria em caráter de **URGÊNCIA URGENTÍSSIMA**.

Renovamos a Vossa Excelência e demais membros os protestos de nossa elevada estima e distinta consideração.

**JOSÉ CARLOS PORTO NETO**

Prefeito

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº \_\_\_\_\_ 2025**

**DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO  
UNIFORME AOS INTEGRANTES DA GUARDA  
CIVIL MUNICIPAL DE PARATY.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARATY, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, faz saber que a Câmara Municipal desta cidade APROVOU e eu SANSIONO a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica concedido aos guardas civis municipais em exercício das atividades próprias da Guarda Civil Municipal, auxílio pecuniário, de natureza indenizatória, para aquisição e manutenção de uniformes e complementos, denominado “auxílio-fardamento”.

**Parágrafo único.** São considerados uniforme e complementos, para os fins desta lei complementar, a farda ou vestuário, bem como os cintos de nylon, cintos de couro e apetrechos, botas, cobertura e similares, algemas e porta algemas, confeccionados de acordo com o modelo estabelecido para a corporação.

**Art. 2º** O auxílio-fardamento será devido aos servidores ativos dos quais, em virtude de suas funções, for exigido o uso do uniforme e tem como objetivo a aquisição e a manutenção do referido material, por ser este parte essencial ao desempenho das funções dos servidores da Guarda Civil Municipal.

**Art. 3º** O auxílio pecuniário de que trata esta lei complementar, será pago anualmente, no mês de julho, aos guardas civis municipais que fizerem jus, no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) e será reajustado nas mesmas datas e pelos mesmos índices em que forem reajustados os vencimentos dos servidores municipais.

**§1º** Para garantir a aquisição dos uniformes e complementos previstos no artigo 1º apenas serão aplicadas penalidades relativas ao assunto, após 6 (seis) meses de vigência desta lei complementar.

**§ 2º** Será garantido o mesmo prazo previsto no parágrafo anterior aos Guardas Civis Municipais afastados, por motivos legais, após o retorno ao exercício das atividades próprias.

**Art. 4º** O auxílio-fardamento dada sua natureza jurídica indenizatória, não será, em hipótese alguma, incorporado à remuneração do servidor e nem servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios.

**Art. 5º** Os equipamentos de proteção individual e segurança não discriminados no parágrafo único do artigo 1º desta lei complementar, e que são de uso restrito e controlado, serão fornecidos pelo Município de Paraty.

**Art. 6º** A aquisição dos uniformes e complementos especificados nesta lei complementar, somente poderá ser realizada junto a fornecedores inscritos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), mediante a emissão da respectiva nota fiscal.

**§ 1º** A aquisição de uniformes ou complementos pelo guarda civil municipal somente se procederá mediante a apresentação, ao fornecedor, da respectiva Guia para Aquisição de Uniforme – GAU, emitida pelo Departamento da Guarda Civil Municipal.

**§ 2º** O guarda civil municipal deverá devolver ao Departamento da Guarda Civil Municipal, no prazo de 10 (dez) dias corridos, após a aquisição do uniforme, a segunda via da GAU, devidamente preenchida e acompanhada da nota fiscal correspondente.

**§ 3º** O não cumprimento do prazo fixado no parágrafo anterior sujeitará o faltoso à sanções cabíveis.

**Art. 7º** O Departamento da Guarda Civil Municipal realizará o controle das guias GAU emitidas, das notas fiscais correspondentes e da observância do prazo fixado no § 2º do artigo anterior, mantendo em seu arquivo eletrônico e físico os dados e documentos necessários para a fiscalização e controle da aplicação da Lei 14.063/2020.

registros relação completa dos servidores, a fim de assegurar a transparência dos procedimentos previstos nesta lei complementar.

**Art. 8º** Os casos omissos serão decididos pelo Comandante da Guarda Civil Municipal.

**Art. 9º** As despesas decorrentes da execução desta lei complementar serão custeadas correrão pelas dotações orçamentárias próprias.

**Art. 10.** Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARATY.**

Paraty, \*\*\*\*\* de \*\*\*\*\* de 2025

**JOSÉ CARLOS PORTO NETO**  
Prefeito



**MUNICIPIO DE PARATY**

RUA JANGO PADUA, TERMINAL RODOVIARIO AGILIO RAMOS, 2º ANDAR

PARATY/RJ - CEP 23.970-000

CNPJ: 29.172.475/0001-47 | FONE: (24) 3371-6527



**CÓDIGO DE ACESSO**

AF45C35AA45049BC8677BB02E255AA7B

**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: JOSE CARLOS PORTO NETO em 14/12/2025 11:27:47

CPF:\*\*\*.\*\*\*-.867-91

Certificadora: MUNICIPIO DE PARATY - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://paraty.flowdocs.com.br/public/assinaturas/AF45C35AA45049BC8677BB02E255AA7B>

Autenticar documento em /autenticidade  
com o identificador 3600380035003600380038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da  
Lei 14.063/2020.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 3600380035003600380038003A005000

Assinado eletronicamente por **Regina Laura Alvarenga Barros** em 15/12/2025 15:42

Checksum: **96376631CE63EF1AD8FEE451BAB6AFEE25321B8855F95DD473F2E00CEB9BE2FB**